



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009908-81.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal**
 Documento de Origem: **TC - 82/2013 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Ré: **Tatiane Cristina Antonio**
 Vítima: **Eduardo Muniz Juior**

Aos 28 de julho de 2014, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Rafael Amâncio Briozo – Promotor de Justiça Substituto**. Presente a ré Tatiane Cristina Antonio, acompanhada de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado a ré. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:**MM. Juiz: A ação penal deve ser julgada procedente. A materialidade de autoria estão devidamente comprovadas. A primeira, pelo laudo pericial de fls.20/25 e a segunda pela confissão da ré, corroborada pela testemunha ouvida em juízo. Dentre as sanções do artigo 28 da lei de drogas melhor se adequada as circunstâncias do fato e as condições pessoais da ré, reincidente, da prestação de serviços à comunidade. Diante do exposto, insisto no pedido de condenação da ré nos exatos termos da denúncia. **DADA A PALAVRA A DEFESA:**”MM. Juiz: A ré é confessa e a confissão harmoniza-se com o restante da prova, autorizando o reconhecimento da confissão espontânea, nos termos do artigo 197 do CPP. Requer-se na dosimetria da pena, a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão, mantendo-se a pena no mínimo legal. Considerando a declaração da ré de que interrompeu o uso conscientizando-se dos malefícios da droga, bem como por ter evidenciado vínculos familiares, causa da interrupção do uso, a defesa reputa suficiente a aplicação de simples advertência, suficiente para os fins retributivos e preventivos da pena. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“VISTOS. Dispensado o relatório. A ré é confessa e a prova oral reforça o teor da confissão. O laudo de fls.20/25 atesta a materialidade do delito, sendo certa a autoria. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Tatiane


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Cristina Antonio como incurso no artigo 28 da Lei 11.343/06, c.c. artigo 61, I, e art.65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atentos aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena em **03 (três) meses de prestação de serviços à comunidade**, já considerada a atenuante da confissão que se compensa com a agravante da reincidência (fls.44/45) e mantém a sanção inalterada, conforme acima analisado. O princípio da proporcionalidade da pena justifica quantum fixado e a escolha da sanção penal, observando-se que a ré já tem condenação por roubo anteriormente (fls.44/45). Tratando-se de ré confessa, demonstrando intuito de pagar pelo erro cometido, não se impõe sanção mais exasperada, levando-se em conta o quantum suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações, nos termos do artigo 59 do CP. A pena de advertência sob os efeitos das drogas não é suficiente para a adequada reprimenda, pois, contrariamente, tendo em vista o histórico da ré, não se mostra proporcional ao fato concreto. A ré poderá apelar em liberdade. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré: